

5. Uma natureza instável e perigosa

Fabíola Rohden

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROHDEN, F. Uma natureza instável e perigosa. In: *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection, pp. 221-228. ISBN 978-85-7541-399-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

Uma Natureza Instável e Perigosa

O objetivo deste estudo foi demonstrar como a preocupação com a diferença entre os sexos é uma marca característica da medicina durante o século XIX no Brasil, tal como já tinham demonstrado Laqueur (1992), Schiebinger (1987) e Moscucci (1996), entre outros, para contextos diferentes. Foi possível observar essa preocupação em, pelo menos, três planos distintos. Primeiramente, considerando o nível da institucionalização e especialização da medicina, expôs-se como o próprio surgimento da ginecologia está articulado aos empreendimentos científicos que se centravam na classificação e na delimitação das fronteiras entre os seres humanos. A ginecologia, além de tratar dos fenômenos relativos aos órgãos reprodutivos na mulher, constituía também uma verdadeira ciência da feminilidade e da diferenciação entre homens e mulheres. Em um segundo plano, viu-se como nas teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – um discurso oficial e de pretensões normativas – a necessidade de delimitação de traços distintivos entre homens e mulheres aparece com notável frequência, especialmente nos trabalhos que tratam da puberdade e do estabelecimento normal da vida reprodutiva feminina e também das suas perturbações. E, por último, analisando o caso Abel Parente, pôde-se constatar como nos debates que envolveram um drama social concreto, os argumentos em torno das qualidades e atribuições específicas a homens e mulheres eram acionados.

Contudo, em caso de se recuperar as nuances e precisões feitas nas teses ou apontadas nas polêmicas públicas, há algo além da necessidade de reafirmação da diferença sexual, que parece escapar à hipótese central de Laqueur (1992). Trata-se do problema da natureza constitutiva de tal diferença. Os médicos estão dizendo a todo momento que existe de fato uma diferença natural entre homens e mulheres. Mas, isso não quer dizer que ela seja estática ou dada *a priori*. Parece, isso sim, estar sujeita a intervenções externas. É natural, mas não definitiva. Na verdade, se fosse definitiva, dada a partir de variáveis puramente biológicas e inatingíveis, as ameaças a sua integridade não chamariam tanto a atenção dos médicos.

A recuperação de exemplos pode confirmar essa hipótese em vários momentos. Na descrição das trajetórias das primeiras mulheres médicas, viu-se como freqüentemente pairava sobre elas a suspeita de masculinização. Ou seja, a dedicação a uma profissão

– masculina – afetaria a sua constituição, os seus atributos femininos, o seu temperamento tido como mais dócil e inocente. Já nas teses de medicina, inúmeras são as passagens que tratam de como durante a infância meninos e meninas apresentariam uma constituição física e mesmo temperamental bastante assemelhada e que seria somente a partir da puberdade que a diferenciação sexual aconteceria com vigor. A diferenciação praticamente não existiria durante a infância e seria um processo que ocorreria a partir de um determinado momento, envolvendo uma série de condições. Caso esse processo não fosse bem administrado, as influências do meio poderiam prejudicar ou impedir que se chegasse ao resultado esperado, de amadurecimento sexual e reprodutivo de homens e mulheres.

A vida nas cidades, a frequência a bailes, a leitura de romances e, especialmente, a educação ‘exagerada’, poderiam corromper a natureza de uma menina e impedi-la de chegar a se tornar uma mulher ‘perfeita’, o que se traduzia, sobretudo, na capacidade de ser mãe. Nesse caso, os prejuízos se dariam tanto no plano moral, a partir da influência de idéias emancipatórias que elas viessem a assumir, quanto no plano físico, implicando em perturbações em toda a sua economia corporal. Na puberdade, todas as energias do organismo feminino precisariam ser direcionadas para a boa formação dos órgãos reprodutivos. A educação exigiria um grande esforço por parte das meninas, que não eram ‘naturalmente’ dotadas para o desenvolvimento intelectual. Com isso, todas as energias que deveriam servir para o amadurecimento da capacidade reprodutiva eram redirecionadas para o cérebro. Como resultado, as jovens que se dedicavam aos estudos jamais chegariam a se tornar mulheres capazes de procriar um bom número de filhos saudáveis, colocando em risco o que era tido como o seu destino natural, a maternidade. Embora muito se esforçassem, também nunca chegariam a grandes feitos intelectuais, já que não tinham os atributos naturais para tanto.

Além disso, ao se considerar os trabalhos que tratam de doenças como a histeria, a ninfomania, a erotomania, aqueles que se dedicam ao tema da prostituição e também as descrições apresentadas no caso Abel Parente, percebe-se que também agentes como a ‘civilização moderna’, as ‘más companhias’, ou a ‘influência de um médico sem escrúpulos’ poderiam ser responsáveis pelo ‘desvirtuamento’ do comportamento feminino. Foi assim que dona Maria Antonieta, ‘convencida pelas amigas esterilizadas’ e influenciada pelo dr. Abel Parente, de ‘boa mãe e esposa’ se converteu em uma ‘louca e perversa’. O condizente com a sua natureza, como toda mulher, era ser governada pelo instinto materno e pelo amor à família. Porém, foi ‘perversa’ por um ambiente desfavorável. No caso desse tipo de perversão, um dos sintomas recorrentes era a manifestação do desejo sexual fora dos limites considerados normais, ‘evidente’ em comportamentos como o adultério ou a masturbação. Ao se recordar que os médicos do período defendiam que o desejo sexual era mais forte e legítimo nos homens, não causa estranheza o fato de perceberem esse traço nas mulheres como um distanciamento do comportamento feminino considerado normal e, portanto, condizente com a diferença prescrita entre os sexos. Como visto, não raramente as tentativas de reversão do quadro chegavam a formas de tratamento que envolviam a reclusão e até mesmo a cirurgia.

Outro dado que deixa evidente como, apesar de natural, a distinção entre homens e mulheres não era garantida diz respeito ao próprio vocabulário utilizado pelos médicos. A idéia de que as influências do meio poderiam ser “perniciosas” (Andrade, 1839), que as meninas poderiam tentar “contrariar os esforços da natureza” (Fausto, 1846) e de que era preciso “administrar” a puberdade feminina (Andrade, 1839; Fausto, 1846), “dirigir os impulsos” (Mello, 1841), de que as mães deveriam “ajudar a natureza” (Fausto, 1846) indica que a natureza é algo maleável, passível de direcionamento e amoldamento. É nesse sentido que os médicos vão se esforçar tanto, como legítimos conhecedores dos desígnios naturais, em definir as regras a serem adotadas.

É preciso ainda acrescentar, considerando o material analisado, que há também uma gradação dentro daquilo que é tido como o modelo de feminilidade. Ou seja, dependendo dos resultados do seu processo de desenvolvimento, a mulher chega a um determinado grau de perfeição em relação às características femininas ideais. A puberdade, por exemplo, é descrita como o momento em que a menina tem a chance de “aproximar-se da perfeição”, que significa tornar-se uma mulher capaz de ser mãe (Mello, 1841). Da mesma forma, a menstruação é apresentada como o “termômetro da perfectibilidade” feminina (Maia, 1896). Isto é, mais uma vez está em questão um processo, sujeito ao favorecimento ou não do desabrochar das características tidas como ‘essencialmente’ femininas em cada mulher.

Pode-se perceber, com tais exemplos, que se trata não apenas de delimitar e insistir na diferença entre os sexos, mas também de prever a sua instabilidade. Alguns autores têm chamado a atenção para esse aspecto e ajudado a problematizar a ênfase no binarismo sexual e de gênero. O trabalho de Jormanova (1989) é com certeza uma referência fundamental nesse debate. A autora, estudando as imagens relativas ao gênero na ciência e medicina do século XVIII ao século XX, mostra como há um incessante anseio na história de nossa sociedade por clarificar áreas consideradas problemáticas ou instáveis em nossas representações, como seriam os domínios da natureza, cultura e gênero. A preeminência e a constância de dicotomias ou de características oposicionais representariam tentativas de resolução dessa necessidade. Dicotomias como homem/mulher ou natureza/cultura, mas também campo/cidade, matéria/espírito, corpo/mente, público/privado etc., têm uma história particular, relacionam-se entre si e se transformam com o passar do tempo, demonstrando que não se trata de simples hierarquias lineares ou estáticas. Aliás, é exatamente a possibilidade de os limites tornarem-se vagos ou fluidos que provoca maior interesse, na ciência especialmente. É como se a manutenção da ordem social dependesse dessas tentativas de clarificação. Os debates sobre sexo e papéis sexuais, por exemplo, especialmente no século XIX, se concentram nos modos pelos quais as fronteiras sexuais podem ser borradas. Naquele momento, os médicos direcionavam suas atenções para as possibilidades de feminização do homem, representada pela homossexualidade, e de masculinização da mulher, que seria o resultado do excesso de trabalho físico e mental. Parecia então evidente que as influências do meio poderiam intervir na operação de distinção entre os sexos (Jormanova, 1989).

A autora chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, a distinção entre homens e mulheres estava centrada muito mais em graus diferenciados de potencialidades

humanas do que em uma diferença radical. Recorre ao exemplo da distinção psicológica entre homens e mulheres. No século XVIII, imaginava-se que em cada indivíduo aconteceria uma luta interna entre os elementos considerados masculinos (como a razão e a inteligência) e aqueles percebidos como femininos (como a paixão e a emoção). Em termos de estereótipos, os homens seriam sérios e pensativos e as mulheres, frívolas e emotivas. Mas não havia uma total divisão das propriedades mentais por sexo e sim um contínuo (Vila, 1995). Já no século XIX a divisão psicológica entre os sexos torna-se rígida e chega-se mesmo a duvidar da presença da razão nas mulheres, que passam cada vez mais a ser associadas a características como a paixão e a emoção. Desde então, a oposição entre os pólos começa a ser entendida como mais rígida e menos flexível (Jordanova, 1989).

O que parece mais interessante no argumento da autora é o fato de que as relações entre os pares de oposição implicavam complexas construções. Considerando que valores variados podem ser associados a indivíduos, a pares ou mesmo a conjuntos de dicotomias, não era possível pensar em uma única e contínua escala. Contudo, o problema mais significativo era o perigo da indistinção ou do ultrapassamento das fronteiras:

Freqüentemente era precisamente o grau de indistinção entre os dois lados que era o mais notado. Por exemplo, debates sobre sexo e papéis sexuais, especialmente durante o século XIX, vinculavam-se às maneiras pelas quais as fronteiras sexuais se tornavam borradas. Era como se a manutenção da ordem social dependesse da clarificação de certas distinções cruciais cujos significados simbólicos disseminavam-se para bem além do seu contexto explícito. (Jordanova 1989:22)

Além disso, admitir as influências do meio sobre a humanidade era uma concepção bastante vigorosa na época. Todas as coisas vivas e o ambiente estavam sempre em contínua interação e cada um poderia mudar o outro. As diferenças sexuais, assim como a anatomia e a fisiologia, também eram passíveis de sofrer transformações. Se, por um lado, admitia-se que as diferenças estavam enraizadas na natureza, em virtude da relação com as características físicas de cada sexo, por outro, eram percebidas como mutáveis. Como os aspectos fisiológicos, mentais e sociais do ser humano eram percebidos como em profunda interação, o gênero também sofria das influências dos costumes e hábitos da vida cotidiana como dieta, exercícios, ocupação (Jordanova, 1989).

A hipótese da preeminência da diferença sexual, portanto, precisa ser bastante complexificada. É nessa direção que caminha o trabalho de Matus. A autora elabora uma chave muito produtiva para se refletir sobre a questão do sexo e reprodução na medicina. Matus argumenta que apesar de a diferença sexual ser entendida como natural ou condição biológica pré-dada, ela é ao mesmo tempo concebida como instável e precária, adquirida na puberdade mais do que manifestada no nascimento. Essa idéia de ‘transitividade sexual’ permitira reivindicar uma maior atenção ao que as condições sociais poderiam fazer com as provisões que a natureza fornecera. Segundo Matus (1995:10):

A concepção de transitividade sexual – um continuum de seres sexuados ao invés de um divisor radical entre opostos incomensuráveis – prestou-se também a pretensões culturais importantes. Ela avalizou argumentos sobre a diferença de

classe e de raça e, ao mesmo tempo, preservou a noção de sexualidade como um mandato natural, biológico. Se a cultura poderia transformar a sexualidade biológica, refinando-a ou desestabilizando-a, então o cuidadoso monitoramento e avaliação das tendências e diferenças culturais tornava-se algo de grande relevância. A natureza havia feito provisões para a sexualidade humana, mas a cultura estava livre para perverter, distorcer ou conspurcar os dons naturais.

A partir daí Matus afirma que os debates em torno da diferença sexual no século XIX colocavam em cena distintas representações sobre sexo, natureza e cultura que explicitavam interesses diferenciados. Tais representações, nos textos vitorianos, não seriam homogêneas ou consistentes, mas múltiplas e contraditórias, mesmo dentro de grupos específicos como o de médicos homens ou de mulheres escritoras, por exemplo. Nesse sentido, a perspectiva de Foucault da sexualidade como uma construção cultural e um processo complexo e instável, na qual está em jogo uma multiplicidade de elementos discursivos, é de grande valia. Para Matus, a noção de instabilidade é fundamental, tanto no sentido de que o discurso biomédico elabora uma noção de corpo instável, quanto com relação ao fato de que as próprias representações constituem um ‘corpo instável’ de discurso. Esse enfoque leva a autora a destacar a noção de propensão natural. O termo propensão aponta para a idéia de atividade, para a possibilidade de mudança ou movimento, mas indica também uma noção de direcionamento. As propensões fundamentam-se em forças naturais, porém são também instáveis e mutáveis. Como consequência, implicariam na possibilidade de explicação das diferenças entre raças, classes e nações, ao mesmo tempo em que levariam a uma demanda por vigilância e proteção (Matus, 1995).

As teorias vitorianas da diferenciação sexual enfatizam uma grande diferença e uma complementaridade natural entre os sexos, mas elas também estão muito preocupadas com a instabilidade daquela diferença. A definição do sexo aparece como um processo dinâmico que responde ao ambiente e aos hábitos e depende de um corpo permeável e mutável. Se por um lado era preciso legitimar a radicalidade da diferença sexual entre homens e mulheres, por outro as teorias da fluidez sexual eram úteis na formulação de idéias sobre as diferenças entre mulheres de distintas classes ou culturas. Haveria uma essência comum a todas as mulheres, mas também diferenças entre elas. A rígida distinção entre os sexos constituía um imperativo da cultura vitoriana e as representações médicas eram importantes elementos que participavam na elaboração dessa distinção. Contudo, sexo e sexualidade eram também categorias ambíguas dentro desse discurso. A noção de diferença sexual implicava a consideração de semelhança e continuidade. Havia incertezas sobre o que distinguia os sexos e em que medida a sexualidade pertencia à natureza ou à cultura. Para Matus, a noção de aproximação apareceria, por exemplo, na noção darwiniana de ancestrais humanos hermafroditas, no interesse que a androginia despertava no fim do século XIX, na idéia de que as glândulas mamárias caracterizavam a espécie (homens e mulheres indistintamente), na possibilidade da menstruação masculina ou na preocupação freudiana com a bissexualidade (Matus, 1995).

A autora dialoga com o trabalho de Laqueur e faz algumas ponderações bastante relevantes. O modelo binário da diferença sexual teria um papel de extrema importância

na conformação da ideologia vitoriana que precisava representar a diferença como natural, corporal, anatômica. No entanto, apesar dessa biologia da diferença servir à hegemonia da classe média vitoriana, justificando formas de organização social dependentes da definição da mulher como essencialmente diferente, ela também tinha usos políticos ambivalentes. Algumas feministas, por exemplo, recorriam à mesma noção para apoiar suas propostas. As idéias sobre a diferença, assim como o uso ideológico do corpo sexuado, eram complexos e diversos mais que monolíticos ou ‘conspiratoriamente misóginos’. O debate apontava também para a consideração de uma similaridade básica entre os sexos. Matus acredita que, em que pese Laqueur reconhecer a continuidade das idéias sobre o parentesco entre os sexos, sua preocupação maior é com o modo no qual a diferenciação sexual se tornou um imperativo cultural. Por isso, em seu trabalho a diferença que de fato aparece como preponderante ofusca a presença da similaridade entre os sexos (Matus, 1995). Para a autora, apesar da crescente insistência cultural na diferença sexual, persistem nos textos médicos do século XIX a ênfase no sexo como um espectro de possibilidades e a diferença entre sexualidade masculina e feminina como um problema de grau mais do que de natureza (Matus, 1995).

O corpo estaria aberto a influências externas. O meio, a nutrição, a vida social poderiam desestabilizar ou alterar o trabalho da natureza. Sendo assim, a cultura, ou o ambiente em sentido amplo, precisariam ser regulados e controlados. A natureza teria providenciado a diferença sexual, mas a sua boa definição durante a vida poderia sofrer ameaças, o que exigia um monitoramento. Enquanto as idéias sobre a diferenciação sexual essencial e universal embasavam a doutrina das esferas separadas, a definição da sexualidade como um processo dinâmico e instável que respondia ao ambiente e à cultura servia para as distinções entre classes e raças. As diferenças anatômicas das mulheres de classe trabalhadora, prostitutas ou negras africanas seriam explicadas pelo fato de que a natureza sexuada do corpo era dinâmica e aberta a mudanças. A natureza poderia ser moldada e, especialmente, pervertida pela cultura (Matus, 1995).

O corpo feminino, na medida em que era visto primeiramente como o corpo reprodutivo, demandava uma atenção especial, particularmente quando se estava diante das novas reivindicações das mulheres. Um tipo de perversão muito citado pelos médicos ocorria em razão da educação feminina. Partindo de uma preocupação mais geral com a tendência degenerativa do corpo e respondendo às demandas feministas por educação e profissionalização, os médicos enfatizaram que a educação poderia atrofiar os órgãos reprodutivos femininos e masculinizar as mulheres (Matus, 1995).

Os argumentos em torno de um cuidado maior na administração do processo que leva os seres do sexo feminino a atingirem a perfectibilidade têm uma outra raiz importante. Trata-se da noção de que as mulheres seriam mais vulneráveis do que os homens às influências externas. Sendo assim, se em um plano temos a afirmação da instabilidade da diferença sexual e a necessidade de seu governo, em outro, identificamos a crença em uma instabilidade muito maior nas mulheres, o que implicaria um controle muito mais atento no seu caso.

As mulheres pareciam mais sujeitas a todo tipo de influências, tendo em vista que se concebia que eram mais frágeis e vulneráveis tanto física quanto moral e intelectualmente. Isso estaria relacionado a uma suposta maior sensibilidade que as caracterizaria.

Elas seriam altamente sensíveis como as crianças e muito mais passionais do que os homens, mediante algumas marcas peculiares de sua natureza como maior delicadeza de suas fibras e irritabilidade do sistema nervoso (Jordanova, 1989; Moscucci, 1996). Segundo Peter (1980), para alguns autores, sua própria existência normal já as confundia com seres doentes e por isso eram até chamadas de ‘patologias ambulantes’. Isso se dava em decorrência da série de fenômenos que transformavam sua vida constantemente, como as gravidezes ou as ‘hemorragias periódicas’. O curioso é que tais processos se davam dentro de uma ordem. Afinal, a própria menstruação era chamada de ‘regras’ e indicava o estado de saúde da mulher. Mas essa ordem parecia estranha e bizarra, difícil de compreender. Por isso as mulheres eram representadas como seres ambíguos, nos quais tudo circulava, entrava e saía. Dessa forma, seus corpos asseguraram um equilíbrio perpetuamente balanceado, embora instável. Nesse modelo, “sua vida física e moral se desenvolve na mobilidade, na plasticidade, na hipersensibilidade” (Peter, 1980:83).

As mulheres eram descritas na literatura médica como seres estranhos, capazes de perverter a ordem do mundo, em razão de toda essa instabilidade. Ao mesmo tempo, contudo, elas eram fundamentais para a garantia dessa ordem, em virtude de seu papel como procriadoras. Era dando à luz novos seres que cumpririam a função de renovar as gerações e conservar a humanidade. Portanto, compreendê-las se tornava um imperativo (Peter, 1980).

No fundo, era a possibilidade de mudanças significativas nas relações de gênero, entre outros fatores, que estaria na origem da ênfase que a medicina, especialmente do século XIX em diante, concede à diferença entre homens e mulheres. Essas modificações estavam associadas a uma gradativa ocupação do espaço público pelas mulheres, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho. Além disso, a medicina, nessa época, adquire cada vez mais prestígio. As grandes descobertas científicas que marcaram o século reforçam a idéia de que a partir da observação da natureza poder-se-ia chegar à verdade dos fatos. E eram os cientistas, e no caso do corpo humano, os médicos, os legítimos donos dos instrumentos, das chaves de compreensão, que permitiriam abstrair o conhecimento. Os médicos teriam o importante papel de revelar para a sociedade aquilo que a natureza deixava evidente nos corpos. O interessante é poder se considerar o fato de como esse trabalho já estava, desde o início e em alguma medida, permeado pelas concepções culturais desses médicos. Ou seja, aquilo que percebiam como natural já era fruto de suas visões de mundo, de suas noções morais, de suas referências sobre as relações de gênero. É considerando-se esse aspecto fundamental que se compreende porque a delimitação do que era do âmbito da natureza e da cultura adquire tamanha importância.

A intensidade com que os discursos médicos se propuseram a abordar as diferenças calcadas na natureza demonstra o quanto elas pareciam imprescindíveis naquele contexto. É com base naquilo que descreviam como natural que os médicos criassem prescrições relativas às funções sociais de homens e mulheres. Era porque viam no corpo feminino apenas a manifestação da capacidade reprodutiva que desestimulavam ou mesmo condenavam a educação e o trabalho feminino fora de casa. Contudo, deixavam de reconhecer que suas observações dos chamados ‘dados naturais’ estavam

condicionadas as suas próprias expectativas, como personagens imersos em um determinado contexto social fortemente marcado por uma hierarquia entre os gêneros que se baseava na distinção entre as esferas privada e pública e na oposição entre natureza e cultura. Para a medicina da época, a natureza já tinha estabelecido a divisão e a ordem que a sociedade deveria reproduzir e da qual não se podia, ou não se queria, escapar.